



Formas de falar com o Estado: uma etnografia dos caminhos de cartas públicas de povos, comunidades e organizações situadas no Oeste do Pará no ano da COP30

Ways of speaking to the State: an ethnography of the trajectories of public letters from peoples, communities, and organizations in Western Pará in the year of COP30

Ângela Camana 

Universidade Federal do Pará (UFPA). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Belém, PA, Brasil.

Correspondência para/Correspondence to
Ângela Camana - angela.camana@hotmail.com

PERIÓDICO / JOURNAL

ISSN 1808-3536

 @liinc-emrevista

 <https://revista.ibict.br/liinc/index>

FLUXO EDITORIAL / EDITORIAL PROCESS

Editores do Artigo / Article Editors

Liz-Rejane Issberner - Philippe Léna

Felipe Milanez

Editores / Editors

Marco Schneider - Gustavo Saldanha

Fábio Gouveia - Priscila Sena

Cronologia / Timeline

Recebido / Received: 31/03/2026

Aprovado / Approved: 08/07/2026

Publicado / Published: 25/07/2026

Como citar / How to cite: CAMANA, Ângela. Formas de falar com o Estado: uma etnografia dos caminhos de cartas públicas de povos, comunidades e organizações situadas no Oeste do Pará no ano da COP30. In: *Liinc em Revista*, v. 22, n. 01, e7928. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v22i1.7928>. Acesso em: 25 jun. 2026.



Atribuição 4.0 Internacional
Attribution 4.0 International

RESUMO: Este texto se debruça sobre as cartas públicas elaboradas pela sociedade civil organizada no Oeste do Pará, ao longo de 2025, ano em que foi realizada a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30) na Amazônia brasileira. A ancorando-se em perspectiva etnográfica, a pesquisa contou com acompanhamento de eventos e entrevistas. Assumindo as correspondências como objeto-interlocutor, busca-se responder como circulam as cartas. Em especial, descreve-se a trajetória singular da carta sobre o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande redigida pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Santarém em audiência pública. Constrói-se o argumento de que as cartas elaboradas pela sociedade civil organizada fazem luta, e são formas específicas de interpelar o Estado. Considerando que rastrear o fluxo das cartas permite identificar as demandas e tensões que circulam com e pelos documentos, o texto argumenta que a COP30 fez terreno fértil para arranjos e encontros no Oeste do Pará, constituindo um espaço de encruzilhada.

Palavras-chave: Cartas públicas, COP30, Oeste do Pará, Sociedade civil organizada.

ABSTRACT: This article examines public letters produced by organized civil society in Western Pará throughout 2025, the year in which the 30th United Nations Climate Change Conference (COP30) was held in the Brazilian Amazon. Grounded in an ethnographic perspective, the research involved the observation of events and the conduction of interviews. Treating the letters as both objects and interlocutors, the study seeks to understand how these documents circulate. In particular, it traces the singular trajectory of a letter concerning the Lago Grande Agro-Extractivist Settlement Project (PAE), drafted by the Rural Workers' Union of Santarém during a public hearing. The article argues that letters produced by organized civil society constitute forms of political struggle and specific modes of addressing the State. By following the circulation of these letters, it becomes possible to identify the demands and tensions that travel with and through these documents. Finally, the text contends that COP30 created fertile ground for new arrangements and encounters in Western Pará, constituting a space of intersection.

Keywords: Public Letters, COP30, Western Pará, Organized Civil Society.

INTRODUÇÃO

Durante o ano de 2025, a região do Oeste do Pará, a exemplo do que se passou em inúmeras outras localidades, foi palco de eventos preparatórios com vistas à realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), cúpula que ocorreu entre 10 e 21 de novembro em Belém do Pará. Pela primeira vez realizada no Brasil – e, note-se, na Amazônia –, este megaevento veio cercado de expectativas relativas às suas deliberações¹. Não menos importantes, eram as especulações quanto ao papel da participação popular, sobretudo porque, após três anos, a COP voltava a ocorrer em um país democrático. Este horizonte de atuação e de visibilidade relacionado à realização do megaevento convocou movimentos sociais, sindicatos e universidades (dentre outras formas associativas) a se organizarem para a ação pública em Belém – além de impor uma nova gramática, a da justiça climática. Estas formas de articulação com vistas à incidência política na conferência, redundaram na realização de diferentes eventos públicos durante o ano, os quais em muitas ocasiões, culminavam na escrita de uma carta pública, a ser encaminhada ao Estado e “levada para a COP”. Não raro, o ato de assinatura deste documento marcava o encerramento da atividade. É precisamente sobre as cartas elaboradas pela sociedade civil organizada no Oeste do Pará, ao longo de 2025, que este texto se debruça.

O tema das cartas não é exatamente uma novidade à literatura antropológica², ainda que os estudos que se dedicam à temática no contexto amazônico estejam concentrados na produção de correspondências por parte de povos indígenas. Recentemente, na região do Oeste do Pará, Luisa Molina (2024) e Luana Polinesio (2018) elaboraram reflexões instigantes sobre a produção de cartas do povo Munduruku, no processo de denúncia de violações e de demandas por garantia de seu território e modo de vida. Mais amplamente, os trabalhos de Suzane Lima Costa (2013, 2019, 2023) e Rafael Xucuru-Kariri (2023) vêm jogando luzes sobre as cartas indígenas escritas ao Brasil, destacando a complexidade da construção deste destinatário e desestabilizando a própria noção de acervo. Na esteira da provocativa questão-título colocada por Costa (2013) – “O que (ainda) podem as cartas?”, – em seu trabalho de tese sobre as correspondências indígenas escritas nos últimos 50 anos, Xucuru-Kariri (2023, pp. 17-18) desdobra outras cinco perguntas: “Quem escreve as cartas? Para quem são escritas? Sobre o que falam em suas correspondências? Quando foram escritas? Em que medida as cartas representam a constituição de um espaço público de comunicação política dos povos indígenas?”.

Neste texto, tomando com especial interesse cartas de povos, comunidades e organizações situadas no Oeste do Pará, sem excluir as perguntas de Costa e Xucuru-Kariri (que considero inaugurais), me dedico a uma questão ligeiramente distinta: como circulam as cartas da sociedade civil organizada elaboradas ao longo de 2025, com vistas à realização da COP30? Neste sentido, diferentemente dos autores mencionados, noto que não trato as cartas como arquivo, mas como objeto-interlocutor. Trata-se, portanto, de uma espécie de etnografia dos documentos, nos termos de Annelise Riles (2001, 2006), uma vez que assume a “informação” como um tema antropológico, e as cartas como objetos-interlocutores. Esta tradição interpretativa se conecta diretamente com a discussão sobre

¹ Panoramas das questões-chave e tensões que, em diferentes escalas territoriais, emergiram diante do anúncio da COP30 em Belém podem ser conferidos em: Folhes e Vecchione-Gonçalves (2024), Camana e Loose (2025).

² Em um registro clássico, veja-se o estudo de Elisa Reis (1990) sobre as cartas enviadas ao então Ministério da Desburocratização.

burocracia, haja vista que os documentos são artefatos que fazem a mediação entre os sujeitos e o Estado: processos judiciais, despachos, formulários e prontuários dizem não apenas do que trazem escrito, mas permitem reconstituir redes de relações de poder entre pessoas e instituições. É esse esforço interpretativo que fazem, dentre outros, Bevilaqua (2022), ao reconstituir a cadeia de documentos e procedimentos disciplinares que conduzem à caracterização da improbidade administrativa, entrelaçando (e tensionando) diferentes órgãos federais brasileiros; e Vianna (2014), que, ao resgatar seu trabalho de campo junto aos processos de guarda de crianças e adolescentes, reflete sobre o exercício de poder dos burocratas e a disputa por categorias que os documentos permitem apreender. Ou seja, assumir documentos como objetos-interlocutores, na esteira do que fazem, entre outros, estas autoras, diz de uma posição de abertura para a consideração daquilo que os artefatos fazem no mundo e quais conexões permitem rastrear. Nítido está que as cartas, que tomo como objetos-interlocutores, possuem especificidades e flexibilidades diversas daquelas contidas em formulários ou conjuntos de procedimentos administrativos, ainda que respondam a uma mesma lógica de interpelação do Estado mediada por artefatos.

Assumindo a dimensão performativa destes documentos (Barad, 2003), interessa menos o que tais cartas dizem ou “representam”, e ganha relevo explorar como são produzidas e como circulam, bem como os efeitos de tais itinerários. Como já explorou Ferreira (2024)³, nesta ordem de pesquisa com documentos, aposta-se na agência dos papéis e sua capacidade de fazer ou romper associações. Para tanto, acompanhei cinco eventos de abrangência regional⁴ realizados no Oeste do Pará e busquei seguir as cartas elaboradas nestes espaços até a COP30 e no mês que a sucedeu, entre março e dezembro de 2025. Além de participar dessas atividades públicas e acompanhar a escritura e assinatura dos documentos, entrevistas foram realizadas com cinco pessoas que redigiram e/ou entregaram as correspondências. Algumas das pessoas foram entrevistadas mais de uma vez, a fim de registrar suas interpretações sobre o tema das cartas públicas antes e depois da realização da COP30. Do ponto de vista ético e dos protocolos de pesquisa, interessa registrar que a pesquisa que dá origem a este texto não é uma investigação *sobre* os territórios e suas organizações, mas, sim, sobre documentos e atividades *públicas*. Neste sentido, entendo que os procedimentos a serem seguidos diferem daqueles estipulados pelas próprias comunidades da região quando pesquisadores intentam adentrar territórios e aldeias⁵. O cuidado ético, a vigilância sobre os caminhos de pesquisa e a consulta aos entrevistados sobre o melhor modo de utilizar os dados por eles fornecidos, evidentemente, permanecem vivos. Esta compreensão vai na esteira das reflexões ensejadas pelo campo de Polinésio

³ A autora elenca quatro principais modos de fazer da etnografia com arquivos e documentos burocráticos: tomar o acesso à documentação como objeto de reflexão; investir na materialidade dos documentos; apostar na agência ou na performatividade dos documentos burocráticos; e, por fim, investigar as relações, interações e disputas entre documentadores e documentados.

⁴ Isto é, o conjunto de encontros pré-COP etnografado reúne eventos considerados representativos de grupos sociais específicos e que contavam com objetivos declarados de incidência na COP em prol de tais coletivos. Nesta categorização não estão incluídas, portanto, atividades de pequeno porte ou restritas ao público acadêmico (como seriam, por exemplo, palestras sobre a realização da conferência).

⁵ São exemplares disto os recentes protocolos desenvolvidos por organizações de base, não raro com apoio institucional de universidades e entidades do terceiro setor, a respeito de *como* aceitam ser *objeto* de investigações acadêmicas – algo que diminui as históricas assimetrias entre *pesquisador* e *pesquisado*, além de tensionar a própria ideia de *objeto de pesquisa*. Veja-se, por exemplo, o Plano de utilização das comunidades do PAE da Gleba Lago Grande, que estipula condições para autorização de ingresso nas comunidades, os tipos de pesquisa autorizadas e as formas de devolução dos resultados à comunidade. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/01D00014.pdf>. Acesso em 1 dez. 2025.

(2018), quando os interlocutores da autora argumentam que, no contexto Munduruku por ela investigado, as cartas são feitas justamente para serem divulgadas. Se o mesmo vale para as correspondências que acessei, é plausível assumir que elas circulem também por meio deste artigo. As pessoas entrevistadas foram desidentificadas, de forma que não apresento nomes, trajetórias e vínculos institucionais. A exceção é Ivete Bastos, liderança agroextrativista da região de Santarém, haja vista que sua vida pública e a especificidade dos acontecimentos que este texto relata inviabilizam qualquer pretensão de anonimato – além disso, a autorização para uso dos dados foi concedida e gravada em áudio.

Ao longo do texto, então, construo o argumento de que as cartas elaboradas pela sociedade civil organizada fazem luta, e são formas específicas de interpelar o Estado, o que ganha novos elementos interpretativos ao considerarmos o contexto da realização da COP30. Para tanto, em um primeiro momento discuto as singularidades desta forma de produção de demandas e de memória no âmbito dos eventos preparatórios para a conferência. Na segunda parte do texto, destaco a trajetória de um documento cujos efeitos até aqui são extraordinários: a carta sobre o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande redigida pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Santarém em audiência pública em 1º de setembro e entregue no dia 2 de novembro de 2025 por sua dirigente ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, mais de vinte anos depois da destinação do território, fez avançar sua regularização. Entre o singular e a repetição, identifico elementos que conduzem à compreensão de que as correspondências da sociedade civil, ao instaurarem um espaço público de interlocução, implicam o Estado de forma diferenciada. Considerando que rastrear o fluxo das cartas permite identificar as demandas e tensões que circulam com e pelos documentos, o texto argumenta como a COP30 fez terreno fértil para arranjos e encontros no Oeste do Pará, constituindo um espaço de encruzilhada.

TRANSITANDO ENTRE ATORES E ESCALAS, AS CARTAS

Mineração, agronegócio, madeireiras, contaminação do solo e das águas: não são poucas as pressões que os territórios no Oeste do Pará sofrem de empreendimentos extrativos predatórios. Em paralelo, a ausência (ou a fragilidade) de garantias legais da terra acrescentam camadas de tensão, especialmente quando o que está em jogo são as condições de acesso e permanência na terra de grupos vulnerabilizados, como os povos indígenas, quilombolas, agroextrativistas e agricultores familiares. Nestas condições, a luta dos povos é multifacetada, e a literatura acadêmica tem documentado os diferentes cenários de conflito na região, bem como as articulações por eles ensejadas⁶. Este panorama e esta miríade de situações conflitivas raramente podem ser bem compreendidos sem atentarmos para uma presença ambígua, pois ora é rarefeita, ora é sufocante: a do Estado.

⁶ Em grande medida, como já argumentei noutra ocasião (Camana, no prelo), a Antropologia na e sobre a Amazônia tem privilegiado, de um lado, fazer ressoar as vozes daqueles que sofrem as mais bárbaras violências e, de outro, escrutinar os que as cometem (e.g. grileiros, pistoleiros, operadores de megaempreendimentos). Há, todavia, um vazio entre estas duas esferas de interpretação – e, ao focar no trânsito das cartas, este texto soma esforços no intuito de preenchê-lo.

Se o Estado, como bem sabemos, é um desafio interpretativo às ciências sociais, ele igualmente escapa a qualquer pretensão universalizante proposta por pessoas e organizações. Quando observado em suas múltiplas escalas e ao longo do tempo, mais que um ente coeso e estável, vemos proliferar relações e práticas heterogêneas⁷ (Rosa, Penna e Carvalho, 2020; Camana, 2025). Do ponto de vista empírico, no contexto ambiental e fundiário amazônico, o que se percebe é uma profusão de agências estatais com atribuições não raro concorrentes, operadas de modo inconstante por funcionários que dificilmente permanecem na região e na mesma instituição por muito tempo. Assim, se é difícil definir o Estado, é igualmente complicado interpelá-lo. Contudo, é justamente com essa entidade ambígua que movimentos sociais, entidades de classe e associações comunitárias desejam falar para apresentar suas reivindicações, clamar por auxílio e exigir a garantia de seus direitos. Se, ao longo dos últimos anos, tal interpelação tem sido feita por meio de diferentes estratégias – atos públicos, solicitação de agendas de autoridades, etc. –, em 2025, as organizações, especialmente as que se situam e se dedicam à Amazônia, se viram em um momento singular para a manifestação de suas demandas (Pinheiro *et al.*, 2026). Com a realização da COP30, Belém se tornou palco do clamor global por transições socioecológicas alinhadas a metas climáticas: a Amazônia, então, se configurava como personagem principal de uma agenda de conformidade ambiental e de respeito aos direitos dos povos e comunidades tradicionais.

Essas demandas, note-se, não são exatamente novas. Movimentos sociais há muito exigem a atuação do Estado na garantia de seus direitos diante das ameaças oriundas de empreendimentos extrativos, como explicita, por exemplo, o trabalho de Sônia Magalhães Santos (2007), sobre as necessárias articulações das comunidades diante da violência da implementação de hidrelétricas na Amazônia, notadamente Tucuruí. A autora, note-se, não se isenta de indicar como o próprio Estado é parte atuante de um cenário de pressões, argumento mais recentemente retomado e reelaborado por Rolemberg (2022), que toma como exemplar o enfraquecimento da pauta da reforma agrária no Pará para descrever o declínio das relações entre movimentos e Estado. Nesse jogo de interesses e expectativas ambientais de entes diversos, eventualmente, os próprios atores internacionais, como os mercados compradores dos produtos brasileiros, se articulam em grupos de pressão que implicam o país na garantia de cadeias mais responsáveis, a exemplo das demandas por commodities livres de desmatamento e isentas de violações de direitos humanos e territoriais – o que não se dá sem lacunas e simplificações, como descrito em Camana e David (2026). São menos usuais, no entanto, momentos em que as cartas do mercado e da sociedade civil organizada se embaralhem⁸ – o que de certa forma aconteceu ao longo de 2025. Com a expectativa de encontrar um Estado brasileiro premido por escrutínio público internacional, comunidades e organizações de luta ambiental e territorial passaram a pensar estrategicamente suas participações na COP.

Assim, enquanto analistas e jornais se atentavam às dinâmicas globais de poder e especulavam possíveis acordos multilaterais em Belém, as organizações viam na COP um flanco para acessar o Estado e territorializar a agenda climática, como indicam resultados de pesquisas empíricas realizadas

⁷ Rosa, Penna e Carvalho (2020), aliás, indicam que o mesmo esfacelamento ocorre com a categoria de “movimento” [social].

⁸ A título de exemplo, é notória esta confluência entre demandas externas e locais no caso da Moratória da Soja na Amazônia, celebrada em 2006. Na época, empresas, governo federal e sociedade civil firmaram o compromisso de não comercializar soja produzida em áreas desmatamento recente, instituindo um Grupo de Trabalho para a vigilância do cumprimento do acordo. Após anos sob ataque, em 2026 a Moratória vive um momento de incerteza e esvaziamento, já que grandes *traders* têm deixado o acordo.

em escala local, como as reunidas por Folhes e Vecchione-Gonçalves (2024)⁹. No Oeste do Pará, a profusão de eventos pré-COP é sintomática deste processo: juventudes agroextrativistas, trabalhadores e trabalhadoras rurais, docentes e discentes da universidade pública, organizações indígenas e movimentos ligados à pesca – todos promoveram eventos abertos nos quais a principal pauta era articular a melhor mensagem para ser ecoada na COP.

A forma de redação desses documentos, bem como os modos pelos quais eles circulam, não são unívocos. Por um lado, há organizações e atividades – sobretudo as mais amadurecidas e com gerações de jovens assumindo postos – nas quais esta prática de produção de memória está consolidada, inclusive com papéis definidos de secretariado. Noutras, aproveita-se da expertise de quem, dentre as pessoas presentes, julgam competente para fazer a redação de um documento final¹⁰ - na região Oeste do Pará, fui capaz de identificar pelo menos três pessoas cujas habilidades de produção destas cartas públicas são reconhecidas e frequentemente acionadas: duas associadas a ONGs, uma vinculada à Igreja Católica.

Ainda que seja prática comum aos movimentos sociais, brasileiros e amazônicos, a pesquisa realizada indica que nem sempre a redação de manifestações públicas é caracterizada pela reflexividade. Em entrevistas, ninguém sabia ao certo informar a origem dessa atividade, ainda que algumas especulações tenham sido feitas. É notável também que, em alguns dos eventos, as cartas ficaram prontas apenas a posteriori, o que impediu o momento clássico de encerramento das atividades, no qual o documento é lido e assinado pelos presentes. Em um desses casos, em uma atividade pré-COP realizada no contexto universitário, pude acompanhar parte da finalização do texto, quando as redatoras se questionavam: A quem se dirige a carta? Até que uma delas, após uma busca em publicações em redes sociais de organizações, fez uma proposta de destinatário e vaticinou: “Eu vi na internet que os outros estão colocando assim”.

Há, portanto, uma dimensão de imitação neste tipo de artefato, uma trasladação de práticas e de formatos em que o resultado não é necessariamente um pastiche. Este movimento de transposição não se resume ao formato, mas alcança também o léxico. No caso das cartas pré-COP, é relevante observar como “justiça climática” se tornou o mote dos registros e das demandas. Esta terminologia nasce e circula em um momento específico e, no contexto aqui descrito, opera como um “conceito-ponte”, na medida em que transita escalas: está nas cartas escritas por povos e comunidades tradicionais do Pará, mas também está nas mesas da COP, nos textos jornalísticos e nos cartazes que acompanhavam as manifestações da Cúpula dos Povos.

Se certas cartas possuem uma dimensão de contingência e especulação, outras foram pensadas e trabalhadas longamente. Este é o caso do documento elaborado no âmbito do STTR em setembro, ao qual me dedico no capítulo seguinte. Ciente da conjuntura singular que se colocava, a organização

⁹ Também corrobora para este argumento a discussão apresentada por Pinheiro *et al.* (2026) sobre as estratégias de incidência de coletivos alimentares de Belém diante da agenda climática associada à COP30.

¹⁰ De acordo com interlocutores desta pesquisa, é comum que, na ausência de membros da organização entendidos como capacitados para esta tarefa, pessoas presentes vinculadas à Igreja, às ONGs ou à Universidade sejam acionadas para redigir a carta do encontro. De fato, é notável que eu mesma, em evento realizado no primeiro semestre de 2025, tenha sido convocada a escrever um documento final, sob o escrutínio das pessoas participantes. O debate sobre a expertise entendida como necessária à redação de um artefato desta natureza, bem como os meandros do processo de escrita, será abordado em futuras reflexões.

estipulara de antemão uma comissão de relatoria e escrita do manifesto. De acordo com um de seus redatores:

“Nós elencamos os pontos principais que deveriam constar na carta, então a carta já estava feita em uma primeira versão antes da reunião pública. Antes da reunião pública, lideranças do Sindicato leram a carta para ver o que estava faltando e, durante a reunião, fizemos atualizações. Depois, houve a leitura da carta para aprovação e a divulgação.”

(Trecho de entrevista com membro da sociedade civil organizada. Dezembro de 2025).

Esta foi a primeira vez que, na experiência deste interlocutor, um documento chegou à reunião já pré-elaborado. Em geral, a escrita é feita durante a atividade, mas, argumenta ele, neste evento eles tinham a presença confirmada do superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o que era uma janela de oportunidade importante, sobretudo em um ano no qual o Estado se via pressionado por pautas ambientais e fundiárias. Este panorama impunha a necessidade de se ter um “bom documento” – que, neste caso, é definido por meu interlocutor como um registro no qual haja, em seus termos, “nitidez de objetivo”: “Eu não posso pedir pro Ministério Público [ou para o Incra] o que não é da competência dele”, completou ele. Aqui, a discussão sobre antropologia dos documentos e dispositivos da burocracia novamente se encontram: as cartas, como uma série de contribuições antropológicas já dão conta, revelam uma sorte de constrangimentos das pessoas diante do poder público e do aparato burocrático. O trabalho de Reis (1990) demonstra como as cartas privadas enviadas ao Ministério da Desburocratização misturavam denúncias de ineficiência administrativa, demandas pessoais (como pedidos de emprego) e sugestões (que iam desde melhorias em serviços públicos e bancários ao pleito por alterações na língua portuguesa), o que, nos termos da autora, ilustra a opressão burocrática e a violação de direitos, ainda que os sentidos dos direitos reivindicados nas correspondências não sejam partilhados. O que as cartas públicas, por mim mapeadas em 2025, indicam é que, para melhor desempenho no circuito percorrido pelos documentos, tal dissonância entre a linguagem da burocracia e a praticada pelas comunidades precisa ser eliminada. E aqui não me refiro *apenas* a questões lexicais, mas ao empenho dos correspondentes em uma proficiência burocrática, em que demandas de ordens e naturezas distintas não se misturam – algo presente na discussão de Riles (2001) sobre a eficiência dos documentos estar relacionada a como atendem a certa estética de lógica e de linguagem.

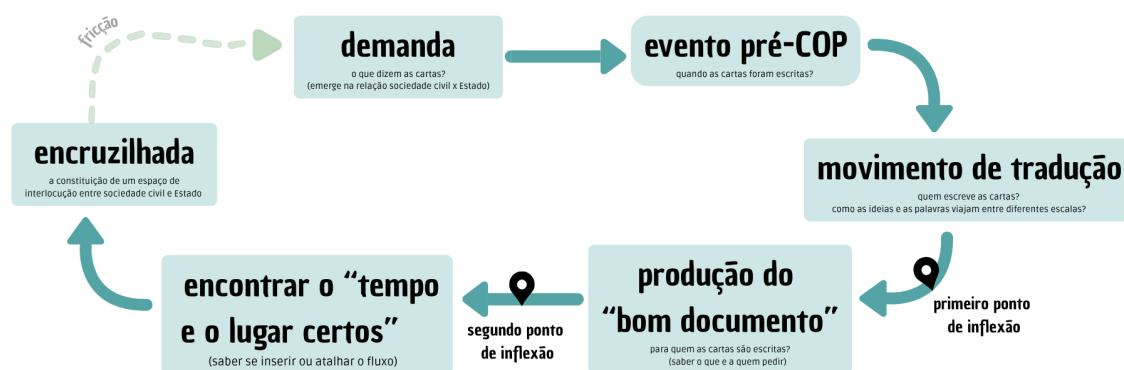
É preciso, portanto, saber o que pedir e para quem pedir. É neste sentido que a carta se mostra um jeito específico de interpelar o Estado, que – para além da solidez de conteúdo – depende de um circuito que a faça circular pelos lugares corretos. Isto está posto em numerosas entrevistas, nas quais os interlocutores apontam a importância de fazer com que os documentos percorram procedimentos administrativos específicos, com protocolos que servem como prova da demanda realizada. Isto é particularmente mencionado quando se referem ao Ministério Público, visto que entendem que as cartas das comunidades e movimentos sociais podem subsidiar os documentos e procedimentos deste órgão: “Quando você tem uma reunião no MP, eles perguntam: ‘cadê o documento? Onde vocês dizem isso?’”, disse o interlocutor-redator já mencionado; ao que se soma a interpretação de uma docente universitária escutada: “A escrita se tornou o lugar de assentar as vozes, de mostrar: ‘olha, nós pedimos isto aqui’. Está ali, no papel. O MP precisa disso [das denúncias e demandas] escrito, precisa estar no papel.”

Interessante notar como a autoria coletiva, registrada em todas as cartas identificadas nesta pesquisa, é esperada também pelos interlocutores que performam o Estado para os autores dos documentos, na medida em que solicitam o que “você” registram. Esta característica reforça o argumento de que este tipo de documento opera formas de interpelar o Estado constituídas no bojo da coletividade, na medida em que criam um espaço público de interlocução (e não privado, como sugeriria figura da carta, em um primeiro momento). Como Xucuru-Kariri (2023) bem indica, e a pesquisa que sustenta este texto percebe, mesmo quando existem intermediações na escrita a autoria coletiva segue presente – e o mesmo ocorre quando há uma única assinatura, haja vista que, nestas ocasiões, trata-se da representação reconhecida de povos e comunidades.

Assumindo as disputas por existência legítima como pano de fundo das práticas epistolares, há que se notar que há algo nos documentos escritos que os posiciona como feitos para durar. Eles registram os fatos em um suporte inegável, a palavra escrita, e, ao fazê-lo, constroem demandas e demandantes, para além da efemeridade dos momentos. Aqui, os argumentos do campo encontram-se com os de Riles (2001, 2006): se os documentos são artefatos e práticas de conhecimento, eles igualmente são uma forma de embate moderno. Configuram, portanto, uma disputa com o Estado e seus dispositivos burocráticos, como adianta Reis (1990), sobre as experiências dos cidadãos em diálogo com o Estado.

O contexto da produção textual, as escolhas dos termos (e as devidas traduções realizadas por quem redige) e a inscrição das cartas nos lugares corretos são alguns dos elementos que compõem o circuito observado ao longo da pesquisa, que busco representar por meio da Figura 1, mais adiante. A despeito das cartas que acompanhei seguirem um fluxo comum, foi possível identificar dois pontos de inflexão, que entendo que dão conta, simultaneamente, da capacidade de organização das comunidades relatoras e do momento propício para fazer o documento circular. Quando ambos se encontram e se realizam, a carta encontra e constitui uma encruzilhada, da qual novas demandas e diálogos podem emergir, reiniciando e refazendo o circuito.

Figura 1. O circuito das cartas diante da COP30: demandas, expertises e pontos de inflexão.



Fonte: elaboração própria.

As comunidades e grupos sociais, sobretudo em um contexto de caos fundiário e disputas ambientais, trazem consigo demandas e reivindicações de direitos: organizados em diferentes formas de associação, delimitam suas pautas e prioridades. Em 2025, com a iminência da realização da COP30 no Pará, uma série de atividades pré-COP tomaram palco no Oeste do estado, onde a sociedade civil organizada passou a elaborar cartas públicas a serem remetidas e/ou entregues quando da conferência em Belém. Na elaboração de tais documentos, um movimento de tradução é necessário, no qual escolhas lexicais e éticas entram em jogo e podem mudar o rumo da reivindicação: o primeiro ponto de inflexão mapeado dá conta justamente da proficiência estética e lógica que permite a construção de um “bom documento”, entendido como aquele capaz de dialogar com as instâncias do Estado. Para realizar-se, ele envolve uma expertise, como a já mapeada por Riles (2001), sobre os objetivos de um documento e o seu indissociável eclipsamento de determinadas formas de conhecimento.

Diante da elaboração de um “bom documento”, um segundo ponto de inflexão no circuito percorrido pelas cartas entra em cena: é necessário perceber “o tempo e o lugar certos” para o encaminhamento da correspondência, o que está associado à existência de uma conjuntura favorável à pauta e, simultaneamente, a uma leitura política competente por parte dos movimentos e seus representantes. Quando estas condições se cumprem, ampliam-se as possibilidades de que as cartas circulem e, assim, instaure-se efetivamente uma interlocução com o Estado – que caracterizo como um espaço de encruzilhada, na medida em que permite a abertura para o porvir: recusar, ou atender, a demanda, seja total ou parcialmente, mas não mais negligenciar a questão. Isto posto, as eventuais soluções encontradas no diálogo não necessariamente encerram o circuito das cartas, haja vista que novas reivindicações sempre podem surgir, sobretudo em um contexto em que comunidades se percebem oprimidas – não raro pelo próprio Estado (Reis, 1990).

Assim, entendendo que as cartas seguem um fluxo, argumento que rastrear esse movimento permite identificar as demandas e tensões que circulam com e pelas cartas, que passam a ser interpretadas como o *corpus* vivo das disputas. No contexto do Oeste do Pará, não é irrisório que as cartas mapeadas tenham como objeto primeiro a garantia da terra, que aqui equivale à manutenção da vida.

Nesta profusão de eventos mencionados, e que acompanhei ao longo de 2025, era usual que em todos eles participassem membros das mesmas organizações – quando não as mesmas pessoas compunham as mesas de abertura. Desta feita, é lógico que as pautas abordadas fossem similares e as demandas se repetissem evento após evento. Em dado momento, devo confessar, meu caderno de notas passou a registrar certa estafa com tamanha repetição, mas, ainda reticente quanto à perspectiva de que se tratasse de uma “saturação” do campo. Segui frequentando atividades. Em uma das últimas entrevistas que realizei, no âmbito desta pesquisa, com um membro da sociedade civil organizada bastante presente na região do Oeste do Pará, minha interpretação mudou. Redator de inúmeras cartas na última década, ele compartilhou:

“Apesar de ter escrito muitas notas de apoio e de solidariedade, acho que as mais interessantes cartas são aquelas que afirmam a unidade entre grupos que estão forjando ainda esta unidade. Você ter uma carta política em que estão organização indígena, organização quilombola, sindicato [de trabalhadores e trabalhadoras rurais], professores e todo mundo assinando porque participaram de um mesmo evento e têm a mesma leitura crítica sobre o que está acontecendo é muito interessante. Porque a carta vira uma pactuação.”

(Trecho de entrevista com membro da sociedade civil organizada. Dezembro de 2025).

Na esteira da leitura de meu interlocutor, ousou dizer agora que a quantidade de eventos públicos e a recorrência de pessoas e pautas neles presentes não são fortuitas. A COP, neste entendimento, catalisou demandas ambientais e fundiárias e fez emergir pontos de contato entre diferentes entidades, o que se revela tanto na composição das atividades acompanhadas quanto nas cartas produzidas nestes eventos. Este singular encontro de demandas é uma confluência própria a este momento histórico, e chama a atenção não apenas para a construção de pactos para a COP, mas também sugere que se acompanhe os desdobramentos das disputas territoriais da região. As cartas, então, são uma expressão de lutas que não necessariamente se comunicavam – seja ao repetirem demandas ou ao agregarem múltiplos atores que as subscrevam. Na seção a seguir, descrevo uma carta cuja trajetória, ao constituir-se em encruzilhada, se destaca e diferencia, na medida em que fez com que se encontrassem demandas históricas e um momento político oportuno.

PALAVRAS QUE NÃO SE PERDERAM NO VENTO: A CARTA DO LAGO GRANDE

“Há vinte anos atrás, em 2005, o senhor destinou, através de uma portaria, o PAE Lago Grande para 155 comunidades e aldeias, mas ainda aguardamos também o CCDRU, que é o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso. Isso é uma pauta [para] já, presidente!”¹¹. Foi com esta fala que Ivete Bastos, presidenta do STTR e liderança do Lago Grande, interpelou o presidente Lula no dia 2 de novembro de 2025, durante uma visita à comunidade Jamaraquá, na Floresta Nacional (Flona) do Tapajós, em Belterra, município que se emancipou de Santarém em 1995. Acompanhado de uma comitiva composta por, além de sua esposa Janja, as ministras Marina Silva (Meio Ambiente e Mudança do Clima) e Sônia Guajajara (Povos Indígenas), a presidenta da Funai, Joênia Wapichana, e o presidente do ICMBio, Mauro Pires, Lula cumpriu agenda na região do Tapajós ao longo daquele domingo e recebeu algumas lideranças da região.

Na ocasião, movimentos sociais – sobretudo os indígenas – apontaram a contradição desta visita, haja vista que dias antes o Estado, por meio do Decreto nº 12.600¹², abria caminho para a implementação de infraestruturas logísticas privadas nos rios Tapajós, Tocantins e Madeira. Uma carta dirigida ao Ministério dos Portos e Aeroportos (MPOR) foi elaborada e publicizada¹³ pelo Instituto Madeira Vivo (IMV), Movimento Tapajós Vivo (MTV), Instituto Zé Cláudio e Maria (IZM) e pelo Grupo de Trabalho Infraestrutura e Justiça Socioambiental (GT Infra). Nela, as entidades argumentam que este movimento privatiza os rios em prol da soja e dos minérios, intensificando o processo de exploração ambiental, além de indicarem fragilidades no processo de planejamento,

¹¹ O vídeo com a fala aqui reproduzida pode ser acessado em: <https://www.instagram.com/p/DQlxb-jgyk/>. Acesso em 1º dez. 2025.

¹² O Decreto inclui estes rios no Programa Nacional de Desestatização. Em 2026, após uma mobilização intensa de comunidades e povos na região, o Decreto foi revogado. Ver em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2026/02/23/apos-pressao-de-indigenas-governo-recua-e-revoga-decreto-que-previa-concessao-de-hidrovi-as-na-amazonia.ghtml>. Acesso em 30 mar. 2026.

¹³ Ver em: https://gt-infra.org.br/wp-content/uploads/2025/10/Carta-MPOR_Hidrovi-as_22out2025-1.pdf. Acesso em 1º dez. 2025.

licenciamento ambiental e concessão de hidrovias. Não é de se espantar, portanto, que a visita de Lula à região do Tapajós tenha sido acompanhada pela desconfiança e crítica de parte da sociedade civil organizada¹⁴.

Apesar disso, dentre as lideranças presentes no encontro realizado na Flona estava Dona Ivete, cuja fala, capturada em um vídeo de menos de um minuto de duração, e com a qual abro esta seção, circulou amplamente nas redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas. Ela soube que veria o presidente apenas no dia anterior, dia primeiro de novembro, quando pessoas envolvidas na recepção da comitiva a contataram, informando do convite. Ao chegar na comunidade do Jamaraquá por volta das 13h, Dona Ivete conta que estavam presentes vinte lideranças de diferentes movimentos da região do Oeste do Pará, sendo ela a única de Santarém. Assessores da presidência informaram que apenas cinco pessoas do grupo poderiam falar – e ela foi uma das escolhidas. Enquanto esperava pela oportunidade, começou a organizar o que diria, planejando abordar a importância de políticas públicas para a agricultura familiar e agroecológica na região. Contudo, a visita se estendeu – Lula e sua comitiva caminharam pela comunidade para ver a extração do látex e conhecer o artesanato produzido na Flona –, e os assessores logo avisaram às lideranças convidadas que a prerrogativa de falar estava suspensa, pois o cronograma das autoridades já estava atrasado. Dona Ivete conta que o assessor avisou, então, que eles teriam apenas o direito a entregar documentos¹⁵ e tirar uma foto com o presidente.

Dona Ivete lembrou ao assessor que havia trazido presentes: uma cuia (por ela fabricada), repleta de produtos agroecológicos, também oriundos de sua roça, além de dois chapéus de palha de tucumã. Junto com os presentes, estava sua carta.

“Ao entregar o documento, o presidente me deu uma chance de falar. [...] Quando fui entregar na mão dele, ele botou o microfone [perto de mim] e eu aproveitei pra falar. Aproveitei para fazer a reivindicação pelo PAE Lago Grande. [...] Eu pensei que eu tinha falado e ido pro vento, pensei que ele não tinha dado importância, porque era muita gente. [...] Minha surpresa foi ver o vídeo circulando, muita gente me mandou. Até minhas fotos foram parar no perfil [nas redes sociais] do presidente.”

(Trecho de entrevista com Ivete Bastos. Novembro de 2025).

A repercussão do vídeo, que captura o momento no qual a presidenta do STTR identifica e aproveita uma brecha para ser ouvida¹⁶, já é algo a ser destacado, pois é representativo de um ponto de inflexão: a liderança soube identificar o tempo e o lugar certos para fazer circular sua demanda (e mesmo para atalhar um circuito que conta com uma extensa rede de chefias e representações). Mas a singularidade desta história não acaba aqui. Na semana seguinte, Dona Ivete estava em Belém, onde realizava-se a COP30. Em meio a uma agenda lotada de atividades junto a movimentos sociais e acadêmicos, ela foi acompanhar um colega em uma palestra que seria realizada na AgriZone, a autoproclamada “casa

¹⁴ Ver, por exemplo, a crítica feita por Alessandra Korap Munduruku em: <https://amazoniareal.com.br/lula-esta-entregando-a-amazonia-para-os-paises-ricos-diz-alessandra-munduruku/>. Acesso em 1º dez. 2025.

¹⁵ De acordo com Dona Ivete, todas as lideranças possuíam cartas de suas organizações para serem entregues ao presidente.

¹⁶ Tem algo de instigante e que não pode passar despercebido aqui: Dona Ivete dá o presente a Lula, que retribui dando a ela a oportunidade (deliberada ou não) de falar, reencenando o registro da dádiva.

da agricultura sustentável”, controverso¹⁷ espaço organizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa). Assim como noutras arenas da COP30, a AgriZone reunia expositores, visitas técnicas e múltiplas atividades simultâneas. Ao parar para dar uma entrevista, Dona Ivete se perdeu de sua colega. Sozinha, ela conta que circulou pelo pavilhão principal, até se deparar com uma atividade em que representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) apresentavam uma nova plataforma do governo. A palestra estava próxima do encerramento, pois, naquele momento, o público presente fazia perguntas – e a Dona Ivete tinha esperança de poder apresentar também ali suas reivindicações.

Ao fim dessa atividade, um homem se sentou ao seu lado e, se identificando como membro do Incra, perguntou se ela era a senhora que havia entregado uma carta e falado com o presidente Lula no dia 2. Ao responder afirmativamente, ela foi chamada para uma sala privada, onde ocorria uma reunião, com nove pessoas ao todo. Naquele momento, ela descobriu que seu interlocutor era o presidente do Incra.

“O presidente [Lula] mandou ele me encontrar e resolver. Ele falou que [o presidente explicou que o PAE] foi destinado, mas que foi colocado metade só do benefício, que falta resolver outra parte [o CCDRU]. ‘Então agora eu vim pra saber qual é a parte que falta’, [ele disse].”
(Trecho de entrevista com Ivete Bastos. Novembro de 2025).

Ao se ver sozinha na reunião improvisada, Dona Ivete pediu que a conversa fosse gravada, até para que pudesse ter provas de que aquilo realmente ocorrera. Os membros do Incra aceitaram e, ao fim do registro feito em vídeo feito por um celular escorado na mesa¹⁸, é possível perceber a líder emocionada com os encaminhamentos ali estabelecidos. Cinco dias após o término da COP, momento no qual gravei a entrevista com Dona Ivete, os técnicos do Incra já estavam no PAE Lago Grande para o encaminhamento do Contrato de Concessão de Uso (CCU) coletivo, primeiro passo para a efetiva regularização do território. Em Assembleia do STTR realizada em 3 de dezembro, na sede do sindicato em Santarém, outros membros da entidade destacaram as recentes movimentações do Incra rumo à resolução das pendências fundiárias do PAE Lago Grande: naquele momento os técnicos estavam atualizando a lista de beneficiários e, até 23 de dezembro, o “geo”¹⁹ dos lotes deveria ser finalizado. Para um território que há 20 anos aguarda pela atenção do Estado, isso não é nada trivial.

A própria Dona Ivete, ao analisar os desdobramentos de seu encontro com Lula, reforça: “Eu falei com ele, mas ele viu o que estava no papel [na carta entregue]. Ele viu que é sério”. Há, portanto,

¹⁷ Desde o anúncio da criação da AgriZone, entidades denunciaram se tratar de um espaço cooptado pelo agronegócio e por grandes empresas. Durante a realização da COP30, houve protestos neste sentido em frente ao pavilhão principal. Ver, por exemplo: <https://www.brasildefato.com.br/2025/11/13/agrizone-a-vitrine-verde-do-agronegocio-na-cop30/>. Acesso em 2 dez. 2025.

¹⁸ O vídeo (ainda) não é público, mas Dona Ivete o compartilhou comigo junto com a autorização para utilizar os dados neste relato.

¹⁹ O “geo” se refere ao georreferenciamento, processo no qual registram-se, por meio de equipamentos específicos, as coordenadas geográficas de um determinado local. Isto feito, softwares específicos produzem a imagem correspondente e cria-se um memorial descritivo, no qual constam todos os dados levantados (e.g. dimensões, perímetro, localização). Como discuti noutra ocasião (Camana, 2025), o “geo” é parte obrigatória para o ingresso em diversas políticas públicas fundiárias e ambientais no Brasil, sendo inclusive necessário para o registro público de uma propriedade.

uma dimensão de legitimidade das demandas que é conferida pela palavra escrita e, em formato de carta, encaminhada às autoridades que os remetentes julgam serem as competentes. Ao registrar em palavra e em papel, forja-se um efeito de verdade, que se revela na compreensão da presidenta do STTR, quando ela argumenta que a carta é o que permite que seu interlocutor veja que o assunto é *sério*, ao passo que a fala – ainda que pública – é volátil, esquecível. Como ela menciona noutro momento, é sempre possível, talvez até mesmo provável, que as falas se percam no vento.

A velocidade com que, em poucos meses, as reivindicações das lideranças do PAE Lago Grande foram escutadas e um encaminhamento institucional foi deflagrado, convoca a pensar sobre, simultaneamente, a especificidade deste momento político e sobre os mecanismos de acesso e de registro das demandas do lugar. Sobre este segundo tópico, é evidente que não ousaria dizer que *apenas* a entrega de uma carta tenha disparado esta sequência de ações, há décadas esperadas pela região, mas quero argumentar que o papel deste documento não pode ser obliterado. Dela e de tantos outros que a antecederam, já que a história do Lago Grande pode ser recontada por meio das correspondências que, desde 1998, o STTR elabora e encaminha às instituições do Estado.

“Entregar esse documento é forçar, além das outras reivindicações que a gente já fazia, na superintendência, com o próprio ministro Paulo Teixeira, pra quem a gente fez entregas [de cartas] ao longo de 2025”, discorre o redator da carta, que mais cedo expunha a necessidade de se fazer um “bom documento”, com “nitidez de objetivo”. Na esteira de sua reflexão sobre a redação adequada, que interpreto como o primeiro ponto de inflexão na trajetória de uma carta, o fluxo daquela entregue por Dona Ivete é exemplar, também, da boa conjuntura, que se expressa como o segundo ponto de inflexão. Para seu redator, o encontro da carta com Lula foi a culminância de um momento político favorável às demandas da comunidade, que inclui a nova presidência do Incra no atual Governo Federal e, evidentemente, as pressões que a realização da COP30 no Pará impõe. Há que se saber, portanto, o que pedir, a quem pedir e, de forma menos evidente, como aproveitar esses momentos-chave.

O documento construído no bojo do STTR, como busquei descrever nesta seção, percorreu o fluxo comum às cartas públicas elaboradas no âmbito dos eventos preparatórios para a COP30, realizados no Oeste do Pará. Contudo, seus efeitos e sua forma de circulação são bastante singulares, quando contrastados com outras experiências de registro de demandas similares. Nesse sentido, ao manter em mente a história desta luta (o direito ao território do PAE Lago Grande), entendo que o sucesso (pelo menos em termos) dessa carta, ao perfazer seus fluxos, é representativo da capacidade de organização, mobilização e leitura da situação por parte de seus autores, que há décadas se engajam nesta pauta e arregimentam aliados que lhes apoiam. É notório, ainda, que a instauração de um espaço de interlocução com o Estado não encerra o circuito, pois não representa o ponto final do fluxo – afinal, as lutas por existência seguem vivas para além das promessas que a COP30 trouxe consigo.

CONCLUSÕES

Em uma série de correspondências públicas elaboradas ao longo de 2025, povos, comunidades e organizações do Oeste do Pará não se furtaram de denunciar a violência à qual estão submetidos, notadamente pelo avanço de atividades predatórias, como a mineração industrial e o agronegócio, e

suas infraestruturas. Ao manifestarem os riscos que suas vidas – e seus *modos de vida* – correm diuturnamente, demandavam atenção de um Estado que, nas atividades de promoção da COP30, manifestava compromisso com a pauta climática e ambiental. Ora, argumentam as cartas das comunidades e organizações, como é possível fazer justiça climática sem ouvir e apoiar os territórios e aqueles que neles sobrevivem? Essa contradição não é exatamente novidade, e a sociedade civil organizada há muito denuncia as omissões do Estado (quando não suas práticas nefastas) em eventos e manifestos, por meio dos quais tentam estabelecer um espaço de interlocução. Dado este cenário, neste texto, busquei construir a perspectiva de que as cartas dos povos e comunidades fazem luta. Ao assumir esses documentos como corpus vivo das disputas, a reflexão se debruçou sobre como, em um ano marcado pela realização da COP30 na Amazônia brasileira, as cartas foram produzidas e como circularam, bem como os efeitos de tais itinerários.

Para tanto, tomei as cartas como objetos-interlocutores, na esteira do que sugere Riles (2001, 2006): ao seguir seus fluxos, busquei mapear como e quem elas interpelam. Ainda que em diálogo com a antropologia que se dedica a pensar o Estado, especialmente a burocracia e seus dispositivos (Bevilacqua, 2022; Ferreira, 2024; Reis, 1990; Vianna, 2014), o trabalho empreendido sugere que cartas públicas constituem um tipo específico de documento, na medida em que diminuem as distâncias entre a ética e a estética do Estado e aquelas experienciadas por comunidades do Oeste do Pará. Ainda que sigam certa lógica burocrática para perfazerem sucesso no circuito, as correspondências, diferentemente de processos administrativos ou peças judiciais, mantêm vivas possibilidades outras de expressão. Isto é, despeito dos processos de tradução que a compõem, não há purificação total: há uma dimensão de intimidade e de pressuposta simetria que apenas a carta oferece, no sentido de que comunidades e grupos vulnerabilizados se autorizam a interpelar o Estado diretamente, sem a mediação de protocolos e instâncias múltiplas.

Ao acompanhar uma série de eventos públicos preparatórios para a conferência climática, nos quais entidades intentavam construir a melhor mensagem e forma de enfrentamento, foi notável o quanto a realização da COP30 fez emergir pontos de contato entre diferentes organizações, que se articularam em torno de pautas ambientais e fundiárias, garantia de direitos e justiça climática. A “boa mensagem”, aliás, se mostrou um ponto de inflexão para o sucesso das cartas nos circuitos que se estabeleciam: há que se saber quais pautas são pertinentes para cada interlocutor, e *como* devem ser abordadas. A despeito de sempre considerar autorias coletivas, é instigante a figura do sujeito que redige as cartas e, nesse processo, traduz as demandas. Este debate sobre quem escreve, quais as expertises mobilizadas e quais os intercâmbios de conhecimentos possíveis de serem mapeados a partir das escrituras de cartas são temas ainda em aberto, a serem explorados em futuras reflexões.

Um segundo ponto de inflexão no circuito percorrido pelas cartas é a identificação do “tempo e do lugar certos”. Aqui, a própria realização da COP30, dadas as expectativas nela inseridas e os eventos que a precederam, foi um terreno fértil para fazer as cartas circularem. A experiência da carta sobre o PAE Lago Grande, que narrei na última parte deste texto, é exemplar de uma liderança que soube se inserir no fluxo e abrir margem para o diálogo – o que, em última instância, é o objetivo final de uma correspondência. Assim, a forma como as cartas circulam (ou não) são indicativas da capacidade de organização (e de arregimentar aliados) de uma entidade, bem como da ocasião adequada para fazer o documento circular.

A título de conclusão, mas ciente de que o tema das cartas ainda exige muitos debates, é possível apontar que a COP30 ofereceu uma singular possibilidade de interpelação do Estado por parte dos movimentos do Oeste do Pará. Não se trata aqui, evidentemente, de idealizar o evento ou a postura do Estado brasileiro, ambos repletos de contradições. Os circuitos que as cartas públicas perfazem não se encerraram com a realização do evento: resta, então, seguir acompanhando o fluxo das cartas – e, com isso, das lutas.

AGRADECIMENTOS

Sou grata especialmente às pessoas que, em meio a agendas repletas de atividades, me receberam para conversar sobre cartas ao longo de 2025. Agradeço a João Morales pela constante interlocução ao longo do trabalho de campo e por ler as primeiras versões deste manuscrito, fornecendo valiosas contribuições. Agradeço ao projeto Conflitos territoriais sobre as frentes de expansão agrícola (Amazônia brasileira): violências, expulsões e dominação política (ANR/CONTER) pelo financiamento do trabalho realizado.

FINANCIAMENTO

A pesquisa foi realizada no âmbito do projeto Conflitos territoriais sobre as frentes de expansão agrícola (Amazônia brasileira): violências, expulsões e dominação política, financiado pela Agence nationale de la recherche - ANR CONTER (ANR-21-CE41-0021) e coordenado por Véronique Boyer.

COMPARTILHAMENTO DE DADOS E CÓDIGO

O conjunto de dados que sustenta as interpretações deste artigo tem origem em um trabalho de campo etnográfico. Quando públicas, as fontes dos dados da pesquisa estão disponíveis no corpo do artigo. Os dados brutos (entrevistas e transcrições) não estão disponíveis devido às leis de proteção de dados.

REFERÊNCIAS

- BARAD, K. Posthumanist Performativity: Toward an Understanding of How Matter Comes to Matter. **Signs**, v. 28, n. 3, 2003, p. 801–31. JSTOR, Disponível em: <https://doi.org/10.1086/345321>. Acesso em: 28 nov. 2025.
- BEVILAQUA, C. B. Confiança, desconfiança, quebra de confiança: uma abordagem etnográfica da improbidade na administração pública. **Etnográfica**, v.26, n.2, 2022. Disponível em: DOI: 10.4000/etnografica.11665. Acesso em: 16 jun. 2026.
- CAMANA, Â.; DAVID, M. L. Tecnopolíticas da Sustentabilidade: uma análise comparativa da soja “livre de desmatamento” no Brasil, **Sociologias**, v. 28, e149057, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0337/e149057>. Acesso em: 16 jun. 2026.
- CAMANA, Â. The revolving doors of environmental policy in the Brazilian Amazon: Negotiations and contradictions between technicians and bureaucracy. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 22, p. e00509, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4341.2025v22e00509>. Acesso em: 24 jun. 2026.
- CAMANA, Â. LOOSE, E. B. Quantas Amazônia cabem na COP-30? Perspectivas acerca do clima em disputa no Brasil. **Asas da Palavra** (Unama), v. 22, p. 171-202, 2025.
- CAMANA, Â. Anthropologie dans les zones grises de la bureaucratie environnementale brésilienne : dilemmes ethnographiques dans des espaces marqués par la méfiance. **Brésil(s). Sciences humaines et sociales**. No prelo.
- COSTA, S. L. O que (ainda) podem as cartas?. **Interdisciplinar - Revista de Estudos em Língua e Literatura**, São Cristóvão-SE, v. 19, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/interdisciplinar/article/view/1796>. Acesso em: 25 nov. 2025.
- COSTA, S. L.. As cartas dos Povos indígenas ao Brasil: a construção do arquivo 2000-2015. **Mem. am.**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 26, n. 1, p. 94-104, jul. 2018. Disponível em: https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-37512018000100007&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 28 nov. 2025.
- COSTA, S. L.. As novas cartas do Brasil: um e-pistolário dos povos indígenas. **Revista ALEA**, Rio de Janeiro, v. 25, n3, p. 185-203, set.-dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1517-106X/202325310>. Acesso em: 28 nov. 2025.
- FERREIRA, L. Fazer antropologia com papel: estratégias e experiências de pesquisa com arquivos institucionais e documentos burocráticos. In: VIDAL E SOUZA, C.; ECKERT, C. **70 anos Reunião Brasileira de Antropologia (1953-2023)**. Brasília: ABA Publicações, 2024, p. 424-449.
- FOLHES, R. T. **O Lago Grande do Curuai**: história fundiária, usos da terra e relações de poder numa área de transição várzea-terra firme na Amazônia. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Université Paris 3 Sorbonne Nouvelle, Paris, 2016.
- FOLHES, R.; VECCHIONE-GONÇALVES, M. **Para além da COP 30**: Tópicos sobre desenvolvimento na Amazônia em tempos de emergência climática. Belém: NAEA, 2024.

MOLINA, L. **Terra tenaz:** luta e cerco no rio Tapajós. 2024. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

ROSA, M.; PENNA, C.; CARVALHO, P. Movimentos e estado como coletivos instáveis e heterogêneos: Uma agenda teórico-metodológica a partir de três estudos de casos. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, [S. L.], v. 20, n. 3, p. 499–512, 2020. DOI: 10.15448/1984-7289.2020.2.36757. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/36757>. Acesso em: 4 dez. 2025.

POLINESIO, L. L. O. **Das flechas às palavras escritas:** uma análise das Cartas Munduruku no processo de resistência às hidrelétricas e na luta pela demarcação. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

PINHEIRO, P.; CAMANA, Â.; COLOMÉ, F. L.; MEDEIROS, M. Ativismos alimentares na Amazônia paraense: agendas, espaços e estratégias emergentes diante do debate climático. In: NIEDERLE, P. *et al.* **Ativismos alimentares e politização da alimentação.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2026, p. 225-252.

REIS, E. Opressão burocrática: o ponto de vista do cidadão. **Estudos Históricos**, v. 3, n. 6, p.161-179, 1990.

RILES, A. **Documents:** Artifacts of Modern Knowledge. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2006.

RILES, A. **The network inside out.** Ann Arbor: The Michigan University Press, 2001.

ROLEMBERG, I. Terra, Estado e movimentos: declínio da reforma agrária a partir de uma etnografia na Amazônia Oriental. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 30, p. e2230201-27, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.36920/esa-v30-2_01. Acesso em: 16 jun. 2026.

SANTOS, S. M. S. B. M. **Lamento e dor:** uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

VIANNA, A. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In CASTILHO, S.; SOUZA LIMA, A. C; TEIXEIRA, C. **Antropologia das práticas de poder:** reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro, Contra Capa/FAPERJ, 2014, p. 43-70.

XUCURU-KARIRI, R. (Carlos Rafael da Silva). **Retomar o Brasil:** um estudo das cartas escritas pelos povos indígenas nos últimos 50 anos. 2023. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.